

PROPOSTA PARA IMPLANTAÇÃO DE UM SISTEMA DE GESTÃO AMBIENTAL NA FEIRA DE PRODUTOS COLONIAIS E AGROECOLÓGICOS DE CHAPECÓ – SC

Luciana Aparecida Nunes¹

César Augustus Winck²

Simone Sehnem³

Resumo: O presente estudo tem como objetivo propor um modelo de gestão ambiental para a Feira de Produtos Coloniais e Agroecológicos de Chapecó/SC. Assim, elaborou-se um modelo baseado na ISO 14001 e no PDCA, com base no Modelo proposto por Richard Junior (2006), resultando em cinco requisitos, a saber: a) Política Ambiental; b) Planejamento Ambiental; c) Implementação e Operação; d) Verificação e Ação Corretiva e e) Análise Crítica da Administração. Quanto à metodologia, o estudo foi realizado no período de julho de 2014 a maio de 2015, delimitando-se às Feiras do Centro do Município de Chapecó, totalizando 56 Bancas. A abordagem do estudo é qualitativa. Os instrumentos de mensuração do Nível de Sustentabilidade permitiram evidenciar que a Feira poderá ter prejuízo em curto prazo e risco de sobrevivência derivadas das práticas de desempenho ambiental, pois o seu nível de sustentabilidade atingiu apenas 49,59%. Por fim, percebe-se que, como principais ganhos que uma Feira poderá obter com a implantação deste Modelo, será a consolidação de receita e ganhos, tornando-se um fator positivo à competitividade da mesma. Em contrapartida, poderá atender seus *stakeholders* de forma integral.

Palavras-chave: Gestão Ambiental; ISO 14001; Feira Colonial e Agroecológica.

PROPOSAL FOR THE IMPLEMENTATION OF AN ENVIRONMENTAL MANGEMENT SYSTEM AT THE FAIR OF PRODUCTS AND COLONIAL CHAPECÓ AGRECOLOGICAL - SC

Abstract: The present study had as objective to propose a model of environmental management for the Street Market and Agroecological Products of Chapecó / SC. It was therefore developed a model based on ISO 14001 (2004) and PDCA, based on the model proposed by Richard Junior (2006), resulting in five requirements, namely: 1) Environmental Policy; 2) Environmental Management; 3) Implementation and Operation; 4)

¹ Mestre em Administração pela Universidade do Oeste de Santa Catarina (UNOESC). Especialista em Gestão de Produção e Logística pela Universidade Comunitária da Região de Chapecó (UNOCHAPECÓ). Graduada em Administração pela Universidade Comunitária da Região de Chapecó - (UNOCHAPECÓ). Atua como docente no Serviço Nacional e Aprendizagem Industrial (SENAI) e no Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC). Endereço: Rua Eduardo Pedrosa da Silva, nº 84 Bairro Engenho Braun - Chapecó. CEP: 89809060. E-mail: <lununes@unochapeco.edu.br>

² Doutor em Agronegócios pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Mestre em Ciências Veterinárias pela Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Graduado em Medicina Veterinária pela Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Professor do Mestrado Profissional em Administração da Universidade do Oeste de Santa Catarina (UNOESC).

³ Doutora em Administração e Turismo pela Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI). Mestre em Administração pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Graduada em Agronegócios pela Universidade do Oeste de Santa Catarina - Campus de São Miguel do Oeste (2005) e graduada em Administração pela Universidade do Oeste de Santa Catarina (2010). Atua como Professora e Pesquisadora na Universidade do Oeste de Santa Catarina (UNOESC) no Mestrado Profissional em Administração.

Checking and Corrective Action; and 5) Critical Analysis of Directors. As for the methodology, the study was conducted from July 2014 to May 2015, delimiting the Street Market of the Chapecó City Centre, totaling 56 stalls. The study approach is qualitative. The Sustainability Level instruments have highlighted that the Street Market may suffer in the short term and survival risk with regard to environmental performance practices, as its level of sustainability achieved only 49.59%. Finally, it is clear that major gains as a Fair you get with the implementation of this Model, making it a positive factor for its competitiveness. On the other hand, it will serve its stakeholders as a whole.

Keywords: Environmental Management; ISO 14001; Street Market and Agroecological.

Introdução

Desde tempos remotos, o ser humano utilizou os recursos naturais do planeta, gerando resíduos e sem se preocupar com as consequências. A partir da década de 60, este cenário mudou. Tal mudança se deve ao esgotamento de alguns recursos naturais como: petróleo, madeira, água, etc., bem como a ocorrência de alguns acidentes ambientais. Tais eventos alertaram a humanidade, dando início à preocupação ambiental e à responsabilidade social (MOURA, 2000).

As primeiras iniciativas de um Sistema de Gestão Ambiental (SGA) surgiram a partir da década de 80, partindo da *International Standardization Organization* (ISO) a qual, em 1971, constituiu três comitês técnicos com o intuito de normatizar, tratar e analisar métodos ambientais, analisando a qualidade do ar, da água e do solo. Somente em 1996, publicou-se uma norma específica que a apresentava um modelo de Sistema de Gestão Ambiental (SGA), ISO 14000. Partindo dela, publicou-se a Norma Brasileira (NBR) ISO 14001: Sistema de Gestão Ambiental (SGA) – Especificação e Diretrizes para Uso.

O movimento para realização da Feira Livre em Chapecó teve início em 1997, oriunda de uma parceria entre o poder público local e da agricultura familiar. Atualmente, no centro do município, são 56 bancas de comercialização de produtos, sendo 31 bancas na Feira do Centro e 25 na Feira do Calçadão. Os produtos comercializados na Feira Livre são: hortaliças; legumes; frutas; produtos agroecológicos; derivados de leite; flores; panificados; ovos; derivados de suínos/frango; defumados e peixes. O preço adotado é 20% menor do que o comércio tradicional. A Feira Livre proporciona aos feirantes uma renda extra e oportuniza a participação dos integrantes da família, além de oferecer produtos frescos.

Assim, este estudo objetiva a proposição de um Sistema de Gestão Ambiental para a Feira de Produtos Coloniais e Agroecológicos de Chapecó/SC. Pautado na ISO 14001 e no PDCA e contemplando 5 requisitos, a saber: 1. Política Ambiental; 2. Planejamento; 3. Implementação e Operação; 4. Verificação; 5. Análise da Administração.

2. Sistema de Gestão Ambiental (SGA)

As primeiras iniciativas voltadas para a criação de um Sistema de Gestão Ambiental (SGA) surgiram a partir da década de 80. Conforme Nahuz (1995), a ISO é uma organização não governamental originada na Genebra – Suíça, em 1947. Esta, a partir de 1971, constituiu três comitês técnicos com o intuito de normatizar, tratar e analisar métodos ambientais, a saber: o TC-146: Qualidade do Ar; o TC-147: Qualidade da Água e o TC-190: Qualidade do Solo.

Barbieri (1998) afirma que a preocupação ambiental, quando entendida como um custo adicional para a empresa, pode ser percebida como um paradigma empresarial. Ele cita como exemplos as cargas residuárias de uma empresa depositadas em um rio, as quais geram poluição. Tais resíduos são oriundos de processos produtivos, representando custos externos à empresa. Assim, quando depositados na natureza, quem acaba “pagando a conta” é a sociedade. Ainda, segundo o autor, a preocupação da empresa somente poderá ter início se houver regulamentação pública.

Porém, sabe-se que o SGA é voluntário, quer dizer que não existe legislação específica no mundo que obrigue qualquer corporação a implantar e a incorporar estes princípios em suas atividades. Todavia, atualmente, aumentaram as exigências relacionadas aos aspectos do meio ambiente, e tal preocupação espontânea por partes das empresas se transforma em um diferencial de mercado, sendo uma estratégia competitiva (CERUTI; SILVA, 2009).

No contexto mundial, Ceruti e Silva (2009) afirmam que o campo ambiental teve um crescimento constante de normas internacionais e regionais. Como exemplo, pode-se citar a criação das normas da Inglaterra e Canadá, além de muitos outros países, como EUA, Alemanha e Japão, que por sua vez, já introduziram Programas de Rotulagem Ambiental, que correspondem ao conjunto de instrumentos que estimulam a procura de produtos e serviços ambientalmente corretos, por meio da disponibilização de informações a respeito de seus desempenhos ambientais. Este crescimento da área ambiental também é visualizado no Brasil, embora com realidade diferente da dos países desenvolvidos. O país tem buscado oportunidades ligadas à gestão ambiental, apresentando caminhos alternativos para o crescimento econômico sem destruir os recursos naturais.

No Brasil, o marco dos estudos sobre gestão ambiental ocorreu em 1996, com o lançamento da norma NBR: ISO 14000, criando um padrão ou meta para toda a Gestão Ambiental (FILHO; ABREU; SOARES, 2009).

A Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) NBR ISO 14001 foi elaborada pelo Comitê Brasileiro de Gestão Ambiental (ABNT/CB-38), pela Comissão de Estudos de Gestão Ambiental (CE-38:001.01), pelo edital nº 08, de 31/08/2004, com o número Projeto NBR ISO 14001 (NBR ISO: 14001, 2004). Seu objetivo e campo de aplicação consistem em:

Esta Norma especifica os requisitos relativos a um sistema da gestão ambiental, permitindo a uma organização desenvolver e implementar uma política e objetivos que levem em conta os requisitos legais e outros requisitos por ela subscritos e informações referentes aos aspectos ambientais significativos. Aplica-se aos aspectos ambientais que a organização identifica como aqueles que possa controlar e aqueles que possa influenciar. Em si, esta Norma não estabelece critérios específicos de desempenho ambiental (NBR ISO: 14001, 2004, p. 1).

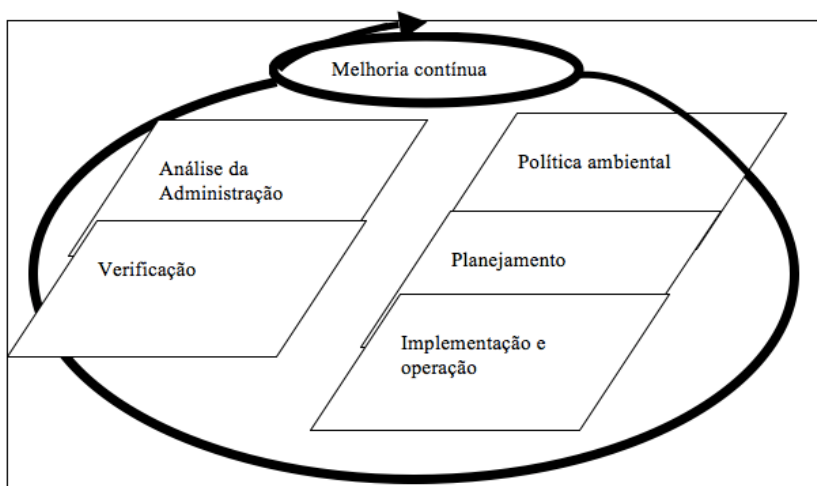
Conforme NBR ISO: 14001 (2004), o primeiro requisito do SGA é a Política Ambiental, que por sua vez é o ponto de partida para a implementação e o aprimoramento do Sistema de Gestão Ambiental na organização, sendo embasada em três compromissos:

- Atendimento aos requisitos legais aplicáveis e outros requisitos;
- Melhoria contínua;
- Prevenção da poluição.

O Sistema de Gestão Ambiental (SGA) pode ser definido como um conjunto de procedimentos que visam a gerenciar ou a administrar uma organização, objetivando uma melhor interação com o meio ambiente (CERUTI; SILVA, 2009). Tais sistemas oportunizam o atendimento de aspectos legais, previnem a poluição e melhoram de maneira contínua e sistêmica os aspectos ambientais, adequando a organização às legislações e às normas ambientais existentes. Além disso, o SGA, através da conservação e da proteção do meio ambiente, propicia a proteção da saúde dos colaboradores, dos clientes e da comunidade em geral.

A NBR ISO 14001 (2004) especifica os requisitos para um sistema de gestão ambiental, capacitando a empresa a desenvolver e a implementar políticas e objetivos que consideram os requisitos legais e as informações sobre aspectos ambientais significativos, com a Metodologia baseada no PDCA, conforme a figura 1.

Figura 1 - Ciclo PDCA (baseado nos requisitos da ISO 14001)



Fonte: ABNT: NBR ISO 14001 (2004, p. 06).

A representação da Figura 1 do ciclo PDCA faz parte do princípio de melhoria contínua, ou seja, inicia-se pela definição da Política Ambiental e em seguida contempla os demais itens, chegando até a Análise da Administração. Porém, este não é o último passo, pois sempre haverá etapas, processos e atividades que poderão ser aprimoradas e melhoradas, visando a melhorar sempre. A descrição de cada etapa é apresentada no quadro 1.

Quadro 1: Descrição das etapas do PDCA

Etapa	Descrição
Planejar	Estabelecer os objetivos e processos necessários para atingir os resultados em concordância com a política ambiental da organização.
Executar	Implementar os processos.
Verificar	Monitorar e medir os processos em conformidade com a política ambiental, objetivos, metas, requisitos legais e outros e relatar os resultados.
Agir	Agir para continuamente melhorar o desempenho do sistema da gestão ambiental.

Fonte: NBR ISO 14001 (2004, p. 06)

Percebe-se que a primeira etapa do PDCA é o planejamento, com base nos parâmetros da NBR ISO 14001 (2004). O planejamento subdivide-se em: resíduos industriais, efluente líquido industrial e, por fim, lixos e materiais recicláveis. O quadro 2 apresenta os requisitos do sistema de gestão ambiental baseado na NBR ISO 14001 (2004).

Quadro 2: Requisitos do Sistema de Gestão Ambiental

<p>1 Requisitos gerais 2 Política Ambiental 3 Planejamento 3.1 Aspectos Ambientais - Resíduos industriais; - Efluente líquido industrial; - Lixo e materiais recicláveis; 3.2 Requisitos legais e outros - Identificar e ter acesso; - Determinar como se aplicam. 3.3 Objetivos e Metas - Os objetivos e metas devem ser mensuráveis. 3.4 Programa(s) de gestão ambiental - Deve haver atribuição de responsabilidades; - Definir os objetivos, os meios e o prazo no qual eles devem ser atingidos.</p>	<p>4 Implementação e operação - Neste momento, a Administração deve: estabelecer, implementar, manter e melhorar o SGA com base em seus recursos, funções, responsabilidades e autoridades. 4.1 Estrutura e responsabilidade 4.2 Treinamento, conscientização e competências - Promover formação apropriada, com base em competência, treinamento e conscientização. 4.3 Comunicação - Evitar problemas políticos contra a organização; - Evitar não conformidade ou acidentes internos por falta de comunicação. 4.4 Documentação do SGA - A documentação deve ser bem detalhada; - As informações devem ser atualizadas. 4.5 Controle dos documentos - Deve-se criar e assegurar a manutenção adequada. 4.6 Controle operacional - Risco operacional inerente à atividade; - Complexidade dos métodos Ou dos procedimentos; - Experiência e grau de maturidade profissional; - Capacidade e possibilidade de supervisão da atividade. 4.7 Preparação e atendimento de Emergência - Identificar potenciais situações de emergência e potenciais acidentes; - Responder às situações reais de emergência; - Analisar e revisar seus procedimentos de preparação e respostas às emergências.</p>	<p>5 Verificação e ação corretiva 5.1 Monitoramento e medição - Registro das informações para acompanhar o desempenho do SGA; - Controles operacionais pertinentes; - Conformidade com os objetivos e metas da organização. 5.2 Não conformidade e ações corretivas e preventivas - Analisar as causas de não conformidade: comunicação insuficiente, procedimento incorreto, mau funcionamento de equipamento, treinamento insuficiente, má interpretação do procedimento. 5.3 Registros - Devem ser e permanecer: legíveis, identificáveis e rastreáveis. 5.4 Auditorias do Sistema de Gestão ambiental - Verificar se o SGA está em conformidade com o planejamento da gestão ambiental; - Determinar se o sistema atende aos requisitos da norma; - Fornecer à administração informações sobre os resultados das auditorias. 6 Análise crítica pela administração - Assegurar a contínua adequação, pertinência e eficácia; - Avaliar as oportunidades de melhorias e necessidades de alterações do SGA.</p>
--	--	---

Fonte: Elaborado com base em ABNT Norma NBR ISO 14001 (2004)

O quadro apresenta os requisitos do SGA, os quais são amplamente baseados em uma estrutura relativa ao PDCA, tendo como princípio a necessidade de responsabilidades associadas.

A NBR ISO 14001 não prevê a definição de um departamento específico para a implantação gestão e manutenção do SGA, cabendo à empresa a decisão de criar ou não tal departamento. Conforme Junior e Souza (2011), a gestão baseada na ISO 14001 apresenta-se de maneira integrada. Dessa forma, o SGA pode ser incorporado ao Departamento de Qualidade da organização ou ao de Segurança no Trabalho.

2.2 ISO 14001

Conforme Oliveira e Serra (2010), a norma ISO 14001 estabelece requisitos para o gerenciamento de sistemas de gestão ambiental, permitindo que as empresas desenvolvam suas próprias soluções para o atendimento das exigências da Norma.

Os requisitos básicos gerais da NBR 14001 são: estabelecer, documentar, implementar, manter e continuamente melhorar o SGA. Na visão de Junior e Souza (2011), a NBR ISO 14001 pertence à série ISO 14000 e foi criada com o objetivo de estabelecer estruturas e procedimentos voltados à melhoria contínua, relacionada ao desempenho ambiental.

Dentro da NBR ISO 14000, são descritas várias normas, cada uma trata de um assunto específico vinculado à qualidade ambiental: Sistema de Gestão Ambiental; Auditorias Ambientais; Análise do Ciclo de Vida do Produto. Fura (2013) preconiza que o principal objetivo da ISO 14001 é minimizar a influência negativa da atividade econômica da empresa. A norma está amparada nos princípios: política ambiental, planejamento, implementação e operação, verificação e ação corretiva. Seiffert (2005, p. 87) relaciona alguns requisitos da norma ISO 9000 que são comuns à norma ISO 14001, a saber:

1. política (que pode ser reformulada para inserir considerações ambientais);
2. treinamento, conscientização e competência (que deveria sofrer alguns pequenos ajustes);
3. controle de documentos (com adequações para documentos externos);
4. revisão da alta administração;
5. não conformidade e ações corretivas e preventivas;
6. controle de registros;
7. auditorias internas;
8. controle operacional.

Da mesma forma, a norma ISO 14001 também apresenta alguns requisitos que não são comuns à norma ISO 9001, sendo:

1. aspectos e impactos ambientais;
2. requisitos legais e outros;
3. objetivos e metas;
4. planos de gestão ambiental;
5. comunicação;
6. preparação e resposta a emergências (SEIFFERT, 2005, p. 87).

Assim, percebe-se que, diante de certas similaridades e de outras particularidades, alguns especialistas defendem que as normas ISO 14001 e 9001 são tão similares que precisam ser integradas a fim de melhorarem a desempenho de ambos os sistemas.

2.3 Feiras Coloniais e Agroecológicas

A criação e a difusão das feiras coloniais e agroecológicas foram uma iniciativa do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, que prevê o apoio à agricultura urbana no sentido de permitir a produção familiar de alimentos de forma comunitária, com uso de tecnologias de base agroecológicas em espaços urbanos. Os alimentos são destinados tanto para o consumo próprio das famílias quanto para a comercialização, gerando renda (MDS, 2007).

As feiras agroecológicas geram uma ascensão econômica para as famílias produtoras, garantindo a qualidade dos produtos que chegam à mesa do consumidor e fornecendo a segurança alimentar e nutricional da população. Além disso, é um momento de compartilhamento e socialização entre os agricultores e a sociedade em geral (OLIVEIRA *et al.*, 2013).

Na busca pela qualidade de alimentos, os conceitos de soberania alimentar e sistemas de produção baseados na Agroecologia que ganharam muita atenção nas duas últimas décadas, influenciando os movimentos sociais no campo, originando as Feiras Agroecológicas (COELHO, *et al.*, 2011, p. 78).

Silva *et al.* (2011) argumentam que as feiras geram benefícios diretamente refletidos na economia dos municípios nos quais se têm feiras deste gênero, melhorando principalmente a qualidade de vida das pessoas que fazem parte do sistema da agricultura familiar, fato que é explicitado pelos próprios agricultores. Além disso, as feiras oportunizam o desenvolvimento de outros setores como o turismo gastronômico, bastando a adoção de políticas públicas que valorizem e aproveitem tal oportunidade. O quadro 3 apresenta uma breve trajetória da Feira Livre.

Quadro 3: Histórico da Feira Livre

Ano	Evento
1997	Em 1997, foi criada a Feira de Produtos Coloniais e Agroecológicos de Chapecó/SC, por meio de uma parceria entre o poder público local e os agricultores, contando com o apoio da população urbana, beneficiando mais de 60 famílias e totalizando 26 barracas. Localizou-se no estacionamento do Estádio Índio Condá, na Rua Porto Alegre (entre as ruas Mal. Deodoro e Mal. Bormann), ao lado do Estádio Índio Condá. (rua Mal. Floriano Peixoto).
1998	Em 21 de fevereiro de 1998, foi inaugurado o novo espaço para funcionamento da feira, no centro, que veio a substituir o espaço ao lado do Estádio Índio Condá. O novo local é na Rua Uruguai, esquina com a Avenida Nereu Ramos.
1999	Surge a demanda da Feira nos Bairros, São Cristóvão, Bela Vista, Santo Antônio, Passo Dos Fortes, Jardim América e da Universidade UNOCHAPECÓ, possuindo de 8 a 10 barracas em cada ponto.
2000	É aberto um novo ponto no centro da cidade denominada “Feira Centro II”, com 24 barracas. Neste ponto, também houve inserção de artesanato e café colonial.
2003 e 2004	Foram abertos mais dois pontos nos bairros Jardim do Lago e no Cristo Rei, sendo cada um com 8 barracas.
2008	No total, são mais de 450 famílias de agricultores beneficiadas de forma direta e indiretamente. Circulam pelas feiras cerca de 7.000 consumidores, totalizando em 2004 151 agricultores envolvidos.

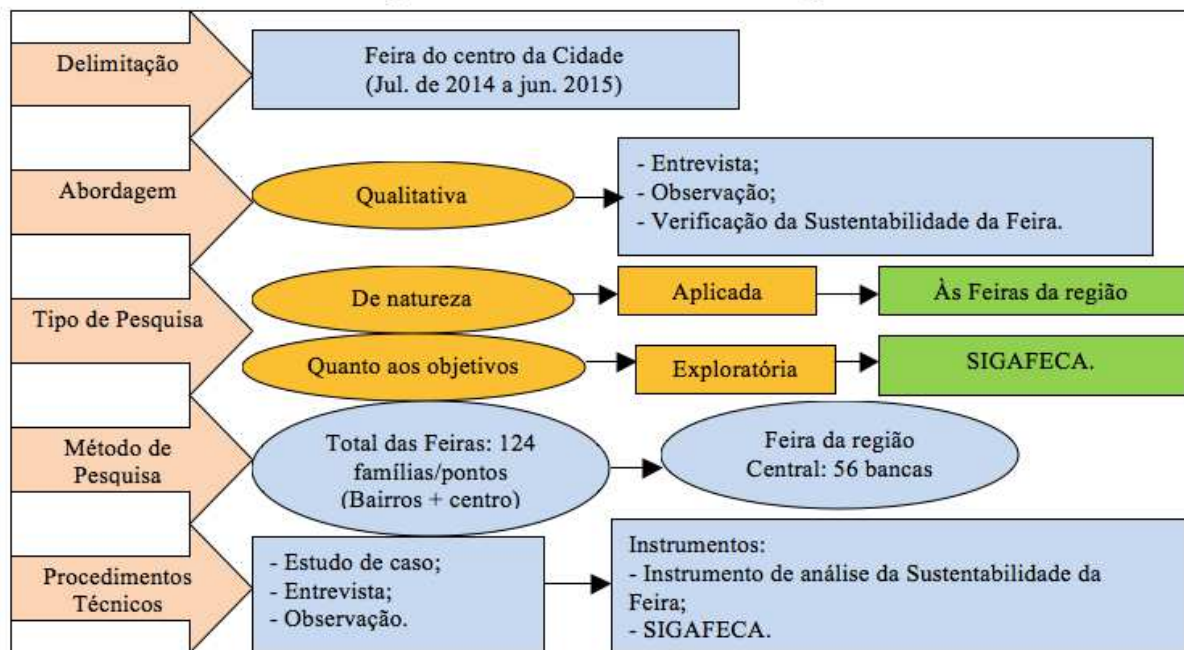
Fonte: Adaptado de Cancelier, Campos e Bertollo (2005) e de Locatelli (2009)

Ao analisar a trajetória sistematizada no Quadro 2, percebe-se que, após sua implantação em 1997, a Feira tem ampliado sua rede de atuação; dentre os produtos comercializados, destacam-se: hortaliças, leite, doces, geleias e sucos.

Dessa forma, as feiras coloniais e agroecológicas são uma importante estratégia para as famílias oriundas da agricultura familiar, uma vez que poderão gerar renda negociando seus produtos e, com investimentos, poderão aumentar a visibilidade do município com foco no turismo gastronômico.

3. Procedimentos Metodológicos

A abordagem inicial deste estudo é qualitativa, definida como uma metodologia com baixa estruturação. Na visão de Godoy (1995), a pesquisa qualitativa objetiva descrever e explicar fenômenos. Esta pesquisa utiliza-se de aspectos quantitativos. A pesquisa quantitativa “caracteriza-se pelo emprego da quantificação tanto nas modalidades de coleta de informações quanto no tratamento delas por meio de técnicas estatísticas” (MARCONI; LAKATOS, 2004, p. 267). Diante disso, inicialmente, por meio de um roteiro, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com os feirantes, nas quais se analisou a organização da feira. As técnicas foram aplicadas através de visitas *in loco* nas feiras, utilizando-se ainda da observação e das conversas informais. A figura 2 representa todos os procedimentos adotados no estudo.

Figura 2: Framework da Metodologia

Fonte: Os autores.

O quadro 4 apresenta o resumo dos instrumentos de coleta de dados aplicados nesta pesquisa.

Quadro 4: Resumo dos Instrumentos de coleta de dados

Técnica de Coleta	Instrumento	Total
Entrevista com o Responsável pela Feira	Entrevista semiestruturada com o responsável pela Feira.	Engenheiro Agrônomo, senhor Samuel Tafernaberi Vasques.
Entrevista com Feirantes	Entrevista semiestruturada com os feirantes.	20 feirantes.
Análise da Sustentabilidade	Modelo adaptado de Leripio (2001, p. 48).	3 Respondentes: - Responsável pelas Feiras designado pela Prefeitura; - Responsável pela Feira do Centro; - Responsável pela Feira do Centro.
Pesquisa Bibliográfica	Análise dos ganhos decorrentes da implantação do SGA.	- Ganhos econômicos; - Ganhos sócioambientais.
Observação	Plano de observação (adaptado de Almeida, 2009, p. 120).	Observação nas duas Feiras: do Centro e do Calçadão.

Fonte: Os autores.

O estudo iniciou-se com a entrevista aplicada ao Responsável pelas Feiras, designado pela Prefeitura Municipal e através da observação, visando a diagnosticar a situação atual da

Feira Livre no que tange aos aspectos dos SGA e, em seguida, com os 20 feirantes, foi aplicado o modelo adaptado de Leripio (2001) procedido das observações e das análises.

Em suma, o estudo foi de abordagem qualitativa, seus resultados foram oriundos das entrevistas e das observações. Para tanto, foram utilizados como parâmetro de tabulação dos dados as tabelas a fim de expor os resultados coletados com a aplicação de cada instrumento.

Além disso, realizou-se a análise da sustentabilidade da Feira Livre e, para mensurar este nível, aplicou-se o Modelo proposto por Leripio (2001), o qual aborda 4 critérios, a saber:

- Critério 1: Análise dos Fornecedores. Composta por 6 perguntas.
- Critério 2: Análise do Processo Produtivo. Subdividida em:
 - a) Ecoeficiência do processo produtivo: 9 perguntas.
 - b) Nível de tecnologia utilizada no processo: 8 perguntas.
 - c) Aspectos e impactos ambientais no processo: 19 perguntas.
 - d) Indicadores gerenciais: 10 perguntas.
 - e) Recursos humanos: 8 perguntas.
 - f) Disponibilidade de capital: 3 perguntas.
- Critério 3: Utilização do produto/serviço. Composto por 9 perguntas.
- Critério 4: Produto pós-consumido: 7 perguntas.

O cálculo que mede o nível de sustentabilidade da Feira Livre é obtido pela seguinte fórmula:

$$\text{SUSTENTABILIDADE DA FEIRA} = \frac{\text{TOTAL DE QUADROS VERDES} \times 100}{(79 - \text{Total de Quadros Amarelos})}$$

As respostas deste instrumento foram classificadas em cinco cores: vermelho, laranja, amarelo, azul e verde, de acordo com seu significado em relação à sustentabilidade da Feira.

Dessa forma, uma pergunta cuja resposta representou uma boa prática desenvolvida pela Feira foi classificada como verde, e uma resposta que representou um problema ou uma “oportunidade de melhoria” foi classificada como vermelha. Quando a pergunta não se aplicou à realidade da Feira, foi classificada como amarela. Assim, as 79 perguntas foram igualmente ponderadas (LERIPIO, 2001).

Tabela 1: Classificação da Sustentabilidade do negócio

RESULTADO	SUSTENTABILIDADE
Inferior a 30%	CRÍTICA – VERMELHA
Entre 30% e 50%	PÉSSIMA – LARANJA
Entre 50% e 70%	ADEQUADA – AMARELA
Entre 70% e 90%	BOA – AZUL
Superior a 90%	EXCELENTE - VERDE

Fonte: Leripio (2001, p. 110).

A tabela 1 demonstra o quanto os processos analisados podem ser considerados como adequados à sustentabilidade. Por exemplo, resultados superiores a 90% correspondem a evidências de uma boa gestão dos processos no que tange à sustentabilidade.

4. Diagnóstico da Feira Livre a Respeito das Práticas de Gestão Ambiental

Inicialmente, para diagnosticar a situação da Feira Livre, elaborou-se uma entrevista com o Engenheiro Agrônomo responsável pelo controle, assistência técnica e operacional das Feiras Livres em Chapecó. Este profissional foi designado pela Prefeitura Municipal de Chapecó para auxiliar os feirantes quanto à condução das atividades.

Quadro 5: Entrevista com o responsável pela Feira

Pergunta	Resposta
Qual o total de Feiras no centro e no calçadão?	As Feiras do centro e do calçadão contemplam 31 bancas no centro e 25 no calçadão, totalizando 56 bancas.
Existe alguma norma interna, externa, ou específica da Feira?	Quanto à legislação, Samuel afirmou que depende da atividade, ou do produto a ser comercializado. Por exemplo, há a legislação das Agroindústrias para produtos de origem animal, os quais necessitam da licença ambiental. Citou ainda as Boas Práticas de Fabricação, em que cada agroindústria possui a sua. A atualização é anual e quem fornece a orientação e a capacitação é a EPAGRI ou parceiros.
Há alguma hierarquia na Feira?	O Art. 3º do Regimento prevê que sempre haverá três pessoas como sendo responsáveis pelo andamento e coordenação das atividades por Feira, a saber: um coordenador, um secretário e um tesoureiro. As atribuições, de cada membro, requisitos para fazer parte da Feira, entre outras normas estão contempladas no Regimento.
Quantas Feiras são no total em Chapecó? E qual a geração em valor monetário mensal para o Município?	Atualmente a Feira de Produtos Coloniais e Agroecológicos mantém 10 pontos de Feira, com mais de 130 famílias indiretamente envolvidas na produção primária e no processamento dos produtos coloniais. Gera mensalmente cerca de R\$500 mil em movimentação econômica.
Existe alguma diferença entre o preço do produto da Feira e o do Supermercado?	Quanto à política de preços dos produtos, segundo o engenheiro Samuel, é feito um comparativo dos preços nos demais locais (supermercados, fruteiras, etc.). A partir desse preço, a Feira adota o preço com a diferença de 20%.
Quais benefícios a Feira Livre proporciona à Comunidade?	Os benefícios da Feira à Comunidade são: produtos frescos, colhidos horas antes da feira e produzidos sob inspeção municipal. Já ao Produtor rural, os benefícios contemplam os aspectos econômico, social e cultural. Além de promover interação dos Feirantes.

Fonte: Os autores.

A ideia inicial de se criar a Feira Livre, conforme o Engenheiro Agrônomo responsável, faz parte do Programa de abastecimento. O método de ingresso do produtor à Feira se dá por cadastro, no qual qualquer produtor rural (desde que tenha banca) apresenta a proposta ao grupo, as atrações do produto, e a Associação dos Feirantes decide por incluir ou não a nova Banca. Tal Associação é composta por Feirantes, o técnico da Secretaria de Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente, juntamente com a EPAGRI.

Figura 3: Feira do Centro

Fonte: Feira do Centro (2015).

Figura 4: Feira do Calçadão

Fonte: Feira do Calçadão (2015).

Percebe-se que as Feiras estão organizadas em pontos estratégicos do Município, considerando também um horário que beneficie os consumidores a planejarem suas compras.

4.1 Nível de Sustentabilidade da Feira

O nível de sustentabilidade da Feira foi resultado da aplicação de três questionários, tendo a participação inicial do Técnico Responsável pelas Feiras, o Engenheiro Agrônomo Samuel Tafernaberry Vasques que respondeu ao instrumento pelo fato de conhecer todo o

processo. Houve dois outros respondentes que eram os responsáveis pelas Feiras, um responsável pela Feira do Centro e outro pela do Calçadão, Leandro Rauber e Alício Quadros, respectivamente. Pelo fato de o instrumento ser complexo e conter termos específicos, optou-se por aplicar somente a estas pessoas e não aos demais envolvidos com a Feira. Os resultados foram:

Tabela 2: Resultado da Sustentabilidade da Feira

RESULTADO	SUSTENTABILIDADE	CLASSIFICAÇÃO
Inferior a 30%	CRÍTICA – VERMELHA	
Entre 30% e 50%	PÉSSIMA – LARANJA	43,75% e 43,63%
Entre 50% e 70%	ADEQUADA – AMARELA	61,40%
Entre 70% e 90%	BOA – AZUL	
Superior a 90%	EXCELENTE – VERDE	

Fonte: Os autores.

Percebe-se que a Feira Livre não está orientada à prática sustentável nos seus processos. A média obtida foi de 49,59%, sendo classificado como Laranja, no item de Sustentabilidade. Com esta classificação, o autor afirma que a organização poderá ter prejuízo em curto prazo e risco de sobrevivência no que se refere às práticas de desempenho ambiental.

4.2 Sistema de Gestão Ambiental SIGAFECA

Com o intuito de propor um Modelo de Gestão à Feira de Produtos Coloniais e Agroecológicos de Chapecó, elaborou-se o Sistema de Gestão Ambiental à Feira de produtos Coloniais e Agroecológicos de Chapecó (SIGAFECA). Trata-se de uma adaptação do Modelo proposto por Richard Júnior (2006), seguindo os requisitos da NBR ISO 14001 (2004).

**Quadro 1: Comparação do SIGAFECA X Modelo proposto por Richard Júnior (2006)
X ISO 14001**

Requisitos do SIGAFECA	Requisitos que foram contemplados do Modelo proposto por Richard Júnior (2006)	Itens da ISO 14001
1. Política Ambiental	- Política Ambiental.	- Requisitos Gerais; - Política Ambiental.
2. Planejamento	- Aspectos e impactos ambientais; - Requisitos legais; - Objetivos, metas e programas de gestão.	- Planejamento; - Aspectos ambientais; - Requisitos legais e outros; - Objetivos, metas e programas.
3. Implementação e Operação	- Recursos, funções, responsabilidade e autoridade; - Treinamento, conscientização e competência; - Comunicação; - Documentação e sistema integrado de gestão ambiental; - Controle de documentos e registros; - Controle operacional.	- Implementação e operação; - Recursos, funções, responsabilidades e autoridades; - Competência, treinamento e conscientização; - Comunicação; - Documentação; - Controle operacional.
4. Verificação	- Preparação e respostas a emergências; - Monitoramento e medição; - Biossegurança; - Efluentes e resíduos; - Auditoria interna; - Não conformidade e ações corretivas preventivas.	- Preparação e respostas a emergências; - Monitoramento e medição; - Avaliação do atendimento a requisitos legais e outros; - Não conformidade, ação corretiva e ação preventiva; - Controle e registro; - Auditoria interna.
5. Análise da Administração	- Análise da Administração.	- Análise crítica da Administração.

Fonte: Os autores.

Dessa forma, o SIGAFECA é composto pelos requisitos e seus respectivos itens:

Requisito 1) Política Ambiental

Requisito 2) Planejamento Ambiental

Requisito 3) Implementação e Operação

Requisito 4) Verificação e Ação Corretiva

Requisito 5) Análise Crítica da Administração

Objetivando a compreensão destes requisitos, logo em seguida, há a sua descrição específica e as ferramentas utilizadas em cada um deles.

Requisito 1) Política Ambiental

A Política Ambiental é o primeiro item para a elaboração do SIGAFECA, tendo como premissa o PDCA. Para tanto, devem-se analisar todas as Normas, Leis e Instruções Normativas inerentes aos produtos ou processos que podem causar impacto ambiental. Tais regulamentos foram pesquisados após a orientação dos responsáveis pela Feira.

Assim sendo, a Política Ambiental do SIGAFECA define que sejam analisados os seguintes aspectos nas Feiras:

- verificar todas as Normas relacionadas aos produtos ou processos que podem causar impacto ambiental;
- analisar os CEC, através dos instrumentos reguladores: licenças, zoneamentos e padrões;
- pesquisar os Instrumentos de Mercado: taxas ambientais, criação de um mercado, sistema de depósito e reembolso e subsídio.

a) LICENÇA AMBIENTAL: no caso dos Feirantes, devem seguir a Instrução Normativa nº65, das Atividades Diversas.

O objetivo da IN nº65 é: Definir a documentação necessária ao licenciamento e estabelecer critérios de apresentação dos planos, programas e projetos ambientais para implantação de atividades, incluindo tratamento de resíduos líquidos, tratamento e disposição de resíduos sólidos, ruídos, vibrações e outros passivos ambientais (INSTRUÇÃO NORMATIVA nº65, 2014).

- LAP (Licença Ambiental Prévia): Com prazo de validade não podendo ser superior a 5 (cinco) anos, é concedida na fase preliminar do planejamento do empreendimento ou atividade, aprovando sua localização e concepção; atesta a viabilidade ambiental e estabelece os requisitos básicos e condicionantes a serem atendidos nas próximas fases de sua implementação. Baseada na Lei nº. 14675/09 combinada com a Resolução CONAMA nº. 237/97, art. 8º, inciso I (INSTRUÇÃO NORMATIVA nº65, 2014).
- LAI (licença ambiental de instalação): Com prazo de validade não podendo ser superior a 6 (seis) anos, autoriza a instalação do empreendimento ou atividade de acordo com as especificações constantes dos planos, programas e projetos aprovados, inclui medidas de

controle ambiental e demais condicionantes, da qual constituem motivo determinante. Lei nº. 14675/09 combinada com a Resolução CONAMA nº. 237/97, art. 8º, inciso II (INSTRUÇÃO NORMATIVA nº65, 2014).

- LAO (Licença de Operação): Com prazo de validade de no máximo, 10 (dez) anos, autoriza a operação da atividade ou empreendimento, após a verificação do efetivo cumprimento do que consta das licenças anteriores, com as medidas de controle ambiental e condicionantes determinados para a operação (Lei nº. 14675/09 combinada com a Lei nº. 14.262/07 e a Resolução CONAMA nº. 237/97, art. 8º, inciso III) (INSTRUÇÃO NORMATIVA nº65, 2014).

Conforme a NR 65, as atividades desenvolvidas na Feira não necessitam de Licença Ambiental. Tais atividades são classificadas com porte abaixo dos limites fixados a fim de Licenciamento Ambiental, deve ater-se a IN nº34.

b) INSTRUÇÃO NORMATIVA nº 34: Para tornar-se feirante, é necessário adequar-se a esta IN que, por sua vez, objetiva: Definir a documentação necessária ao cadastro ambiental das atividades da Listagem de Atividades Potencialmente Causadoras de Degradação Ambiental.

O procedimento de cadastro ambiental obedecerá às seguintes etapas:

- Cadastramento do empreendedor e do empreendimento junto ao Sistema de Informações Ambientais – SinFAT.
- Requerimento do cadastro pelo empreendedor, acompanhado dos documentos pertinentes.
- Análise pela FATMA dos documentos apresentados e realização de vistorias técnicas, quando necessárias.
- Emissão de Certidão de Cadastro Ambiental.

c) REGULARIZAÇÃO DA PRODUÇÃO ORGÂNICA. Quando o produto é certificado, pode ser vendido em feiras, supermercados, lojas, restaurantes, hotéis, indústrias, internet etc. Atualmente, na Feira, existem 4 Feirantes que possuem a Certificação Orgânica.

Os Feirantes que não possuem tal Certificação, conforme o MAPA (2015), deverão apresentar um documento chamado Declaração de Cadastro, que demonstra que ele está cadastrado junto ao MAPA e que faz parte de um grupo que se responsabiliza por ele. Neste caso, só o produtor, ou alguém de sua família ou de seu grupo pode estar na barraca vendendo o produto. Essa Declaração deve ser mostrada sempre que o consumidor e a fiscalização solicitarem.

d) ROTULAGEM DE PRODUTOS ORGÂNICOS. Os rótulos dos produtos vêm com o selo federal do SisOrg (Instrução Normativa do MAPA nº50/09).

Em seu Artigo 1º, a Normativa prevê:

“Instituir o selo único oficial do Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade Orgânica, na forma dos Anexos a presente Instrução Normativa, e estabelecer os requisitos para a sua utilização nos produtos orgânicos.”

No caso de produtos não pré-embalados, como verduras e legumes, pode pedir cópia do certificado orgânico do produto e/ou outro documento chamado Declaração de Transação Comercial, que tanto o produtor como a certificadora podem emitir. Em todos os casos, o comprador pode consultar o Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos, disponível no sítio do MAPA, na internet.

Na Feira de Chapecó, o responsável pela emissão e controle dos Rótulos é o senhor Samuel Tafernaberry Vasques (Engenheiro Agrônomo), responsável pelas Feiras.

Figura 5: Selo de Produtos Orgânicos



Fonte: Instrução Normativa N°50 (2009).

O selo visa a identificar os produtos orgânicos em que a avaliação da conformidade foi realizada por organismos credenciados pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

As cores podem ser:

I – colorida: preto.

II – preto e cinza.

III – preto e preto.

No caso da figura 5, a folha verde como elemento principal remete à pureza do produto, por ser a parte mais delicada da planta. Aproveita-se a letra “O” da palavra orgânico para sugerir o sol por trás do horizonte, principal fonte de energia para o plantio. Um fio de contorno preto delimita irregularmente a figura, acompanhando seu desenho. O fundo que preenche o interior do fio de contorno deve ser branco.

e) INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº46, de 6 de outubro de 2011. Tal instrução normativa estabelece o Regulamento Técnico para os Sistemas Orgânicos de Produção Animal e Vegetal e ainda lista as substâncias permitidas para uso nos Sistemas Orgânicos de Produção Animal e Vegetal.

Quanto aos aspectos ambientais, o Artigo 4º prevê que os sistemas de produção devem buscar:

- I - a manutenção das áreas de preservação permanente;
- II - a atenuação da pressão antrópica sobre os ecossistemas naturais e modificados;
- III - a proteção, a conservação e o uso racional dos recursos naturais;
- IV - incremento da biodiversidade animal e vegetal; e
- V - regeneração de áreas degradadas.

O Art. 7º trata sobre o fato de que a unidade de produção orgânica deverá possuir documentos e registros de procedimentos de todas as operações envolvidas na produção.

Também há um Parágrafo único, indicando que todos os documentos e registros deverão ser mantidos por um período mínimo de 5 (cinco) anos.

Requisito 2) Planejamento Ambiental

Neste item, a fim de implantar o SIGAFECA, devem-se identificar os aspectos ambientais associados à atividade da feira, permitindo o correto levantamento de dados e orientando a tomada de decisão pelos responsáveis. Assim, o modelo utiliza o método de Análise dos Modos de Falhas e seus Efeitos (FMEA), proposto por Andrade e Turrioni (2000), como um método de quantificação das possíveis falhas do SGA, o qual permite à Feira estabelecer prioridades para agir. Tal método caracteriza-se pela sua simplicidade e elevado grau de importância, permitindo estabelecer ações corretivas e preventivas, considerando os seguintes aspectos:

- Resíduos industriais;
- Efluente líquido industrial;
- Lixo e materiais recicláveis.

Já com base nos Requisitos legais e outros do SIGAFECA, orienta-se a elaboração de um Procedimento Sistêmico, que contemple e sistematize por meio de um fluxograma as seguintes etapas: identificação, registro e arquivamento da Legislação Ambiental nas esferas Federal, Estadual e Municipal bem como demais requisitos aplicáveis às atividades, produtos e serviços da Feira.

Para analisar os Objetivos e Metas, deve-se elaborar um Plano de Ação (5W2H) para mensurar, atribuir responsabilidades e determinar um apazamento a fim de serem atingidos.

Requisito 3) Implementação e Operação

Neste momento, a Administração do SIGAFECA deve estabelecer, implementar, manter e melhorar o SGA com base em seus recursos, funções, responsabilidades e autoridades, segundo a estrutura de treinamento, conscientização e competências.

Dessa forma, deve-se elaborar a Matriz de Responsabilidades associadas ao SIGAFECA. Tal ação objetiva promover formação apropriada, baseada em competência, treinamento e conscientização.

No item que se refere à Comunicação, objetiva-se:

- Evitar problemas políticos contra a organização;
- Evitar não conformidades ou acidentes internos por falta de comunicação.

Requisito 4) Verificação e Ação Corretiva

Para a verificação e controle da ação corretiva, elaborou-se o Guia de Referência para a Classificação de Não conformidade, baseado nos tipos/níveis: físicos, documentais, comportamentais e crônicas. Para isso, é necessário realizar o monitoramento e a medição e, para registrar tal medição, utilizou-se o critério *maior e menor*. Além disso, ações corretivas podem ser necessárias. Estas serão descritas e observadas por cada tipo ou nível, com base na classificação da não conformidade.

Quadro 7: Guia de Referência para a Classificação de Não Conformidade

TIPOS/ NÍVEL	MAIOR	MENOR	OBSERVAÇÃO
FÍSICAS	<ul style="list-style-type: none"> Falta de monitoramento e/ou controle sobre um aspecto ambiental significativo; Dano ambiental significativo; Geração de passivo ou dano permanente não planejado/controlado; Violação da legislação ambiental; Prejuízo no atendimento aos requisitos normativos da NBR ISO 14001; Prejuízo ao atendimento da política, objetivos e metas ambientais. 	<ul style="list-style-type: none"> Falta de monitoramento e/ou de controle sobre os impactos ambientais; Danos ambientais leves ou remediáveis; Geração de passivo ou dano permanente, parcialmente controlado; Operação em desacordo com os critérios operacionais, sem dano ao meio ambiente; Atraso no licenciamento ambiental/comunicação com os <i>stakeholders</i>; Indicador de desempenho com valor fora dos padrões estabelecidos; Eventual equipamento crítico não calibrado; Baixo padrão de <i>housekeeping</i> (arrumação). 	<ul style="list-style-type: none"> Real e evidente oportunidade de melhoria, sem necessidade de investimento ou custo proibitivo; Prática contrária às normas técnicas não incluídas no sistema; Deficiências isoladas de <i>housekeeping</i>.
DOCUMENTAIS	<ul style="list-style-type: none"> Ausência de procedimentos ou em desacordo com a norma NBR ISO 14001; Ausência ou desatualização dos registros; Documentos não implementados ou totalmente em desacordo com a rotina de trabalho; Documentos obsoletos e cópias não controladas nos locais de trabalho. 	<ul style="list-style-type: none"> Descrição incorreta ou ausência de critérios operacionais nos documentos; Atribuição incorreta de responsabilidade nos documentos; Preenchimento incorreto dos registros do Sistema; Deficiências na identificação, registro de aprovação, data, revisão e validade; Atraso na elaboração e aprovação. 	<ul style="list-style-type: none"> Falta de clareza ou informação; Erros ortográficos que comprometem o entendimento; Ausência ou excesso de campos nos formulários e registros; Problemas idiomáticos e culturais.
COMPORTAMENTAIS	<ul style="list-style-type: none"> Desconhecer a existência da Política Ambiental; Desconhecer os aspectos e responsabilidades ambientais de sua função; Utilizar de forma negligente produtos altamente poluidores e equipamentos impactantes, em desacordo com as normas ambientais; Pôr em risco a segurança ambiental da empresa e da população local. 	<ul style="list-style-type: none"> Desconhecer a maioria dos princípios da política, objetivos e metas do SIGAFECA; Falta de conhecimento e de entendimento dos critérios operacionais descritos nos documentos; Desconsiderar as normas ambientais e de segurança da empresa em sua atividade; Não participar, sem justa causa, das atividades de treinamento planejadas; Não comunicar os danos ambientais e as situações de risco a superiores; Não preencher adequadamente os registros e formulários. 	<ul style="list-style-type: none"> Dificuldade em localizar e manusear os documentos; Não utilização de EPIs; Não adequação às boas práticas de fabricação; Disponer de forma eventual resíduos em locais impróprios; Ser refratário às propostas de melhorias ambientais na Feira; Fumar em locais impróprios.
CRÔNICAS	<ul style="list-style-type: none"> Não conformidades menores, mas reincidentes: 3 vezes na mesma área ou 5 vezes na Feira como um todo. 	<ul style="list-style-type: none"> Observações reincidentes: 3 vezes na mesma área ou 5 vezes na Feira como um todo. 	

Fonte: Adaptado de Richard Júnior (2006, p. 139).

Os registros de Não Conformidade e Ações Corretivas e Preventivas devem permanecer legíveis; identificáveis e rastreáveis. Após todo esse levantamento, realizam-se as Auditorias do Sistema de Gestão ambiental. As auditorias internas são realizadas com base no Programa de Auditoria Interna no sentido de verificar se o SGA está em conformidade com o planejamento da gestão ambiental e de determinar se o sistema atende aos requisitos da norma, fornecendo à administração informações sobre os resultados das auditorias.

Requisito 5) Análise Crítica da Administração

Para finalizar o processo, a análise crítica da administração analisará todas as saídas do processo do SIGAFECA, por meio do Relatório de Análise Crítica.

Quadro 8: Exemplo De Documento - Objetivos, Metas E Programas de Gestão Da Feira

Título: OBJETIVOS, METAS E PROGRAMAS DE GESTÃO (OMPG)				
Elaboração: _____.				
Aprovação: _____.				
Versão nº: _____ Data: __/__/_____.				
OBJETIVO	METAS(s)	PROGRAMA DE GESTÃO – PG	INDICADOR	SITUAÇÃO DO PG (preenchido pelo R.A.)
1.1		O QUÊ FAZER? COMO FAZER? CUSTO: R\$ RESPONSÁVEL: DATA DE INÍCIO: __/__/_____. PRAZO ATÉ: __/__/_____.		
1.2		O QUÊ FAZER? COMO FAZER? CUSTO: R\$ RESPONSÁVEL: DATA DE INÍCIO: __/__/_____. PRAZO ATÉ: __/__/_____.		

Fonte: Adaptado De (RICHARD JÚNIOR, 2006, p. 140).

Este instrumento serve para assegurar a contínua adequação do modelo, pertinência das informações e dados coletados, bem como a relativa eficácia do processo.

Após isso, ainda cabe à alta administração avaliar as oportunidades de melhorias e necessidades de alterações, mudanças e aprimoramento do SIGAFECA, visando à melhoria contínua.

5. Considerações Finais

O presente estudo objetivou propor um Sistema de Gestão Ambiental para a Feira de Produtos Coloniais e Agroecológicos de Chapecó – SC. O Modelo proposto foi o SIGAFECA, baseado no Modelo de Richard Júnior (2006), contrapondo com a ISO 14001 e baseando-se ainda nas premissas do PDCA. Totalizou cinco requisitos: a) Política ambiental; b) Planejamento Ambiental; c) Implementação e Operação; d) Verificação e Ação Corretiva e) Análise Crítica da Administração.

Por meio de um diagnóstico da situação atual da Feira, evidenciou-se que a Feira Livre atualmente possui 31 bancas no centro e 25 no calçadão.

A principal contribuição deste estudo refere-se à elaboração da proposta de um Modelo de Gestão Ambiental às Feiras Coloniais e Agroecológicas, baseando-se nas normas ISO 14001 e no PDCA e contrapondo ainda com a teoria geral dos sistemas. Como aspectos positivos, cita-se que este roteiro poderá ser aplicado à maioria das Feiras, na observância de todos os parâmetros estabelecidos. Resumidamente, o SIGAFECA, contempla os seguintes requisitos: 1) Política Ambiental, incluindo nesta fase o planejamento ambiental destacando todos os requisitos legais, normas e objetivos e metas do programa; 2) Planejamento Ambiental, este requisito visa a identificar os aspectos ambientais associados à atividade da Feira, o que permite levantar dados para a orientação à tomada de decisão dos envolvidos; 3) Implementação e Operação, que significa estabelecer, implementar, manter e melhorar o SGA com base em seus recursos, funções, responsabilidades e autoridades; 4) Verificação e Ação Corretiva, este requisito é baseado no Guia de Referência para a classificação de Não conformidade, visando a identificar e a controlar as anomalias no processo; 5) Análise Crítica da Administração, que pretende analisar todas as saídas do processo do SIGAFECA. Analisando o nível de Sustentabilidade da Feira, identificou-se que a Feira Livre não está orientada à prática sustentável nos seus processos. Caso a Feira continue com o comportamento atual sobre o tópico, poderá ter prejuízos a longo prazo no que se refere à prática sustentável.

A principal limitação foi a falta de validação do Modelo de gestão criado junto à Feira, pelo fato de encontrar incompatibilidade horária entre todos os envolvidos. Tal limitação foi o principal ponto negativo do estudo, pelo fato de o Roteiro não ser validado.

Em contrapartida, como sugestões a futuros estudos, sugere-se a aplicação deste Modelo em uma Feira Colonial e Agroecológica, pretendendo analisar na prática tudo o que foi estudado e planejado. Outra sugestão se relaciona ao desenvolvimento de outros modelos

de SGA a outros segmentos desde que sejam vinculados a ISO 14001, ao PDCA e à Teoria Geral dos Sistemas.

REFERÊNCIAS

ABNT– Associação Brasileira de Normas Técnicas. **NBR ISO 14001**: Sistemas da gestão ambiental – Requisitos com orientações para uso. 2º Ed. Rio de Janeiro: ABNT, 2004.

BARBIERI, J. C. Competitividade internacional e normalização ambiental. RAP: Rio de Janeiro, jan./ fev. 1998. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/7686/6263>>. Acesso em 01 de junho de 2014.

CANCELIER, J., CAMPOS, N. J.; BERTOLLO, V. L. **Agricultura Familiar**: possibilidades e estratégias de reprodução; o caso de Chapecó/SC. III Simpósio Nacional de Geografia Agrária – II Simpósio Internacional de Geografia Agrária Jornada Ariovaldo Umbelino de Oliveira – Presidente Prudente. 11 a 15 de novembro de 2005.

CERUTI, F. C.; SILVA, M. L. N. Dificuldades de implantação de sistemas de gestão ambiental (SGA) em empresas. **Rev. Acad. Ciências Agrárias Ambientais**, Curitiba, v. 7, n.1, p. 111-119, jan./mar. 2009.

CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A. **Metodologia Científica**. 5ed. São Paulo. Prentice Hall, 2003.

COELHO, G. D. *et al.* O perfil do consumidor dos produtos comercializados na Feira Agroecológica do município de Sumé/PB. **Portal de Revistas Eletrônicas ABA – AGROECOLOGIA**. Fortaleza. v. 6, n. 2 (2011): VI Congresso Brasileiro de Agroecologia. Disponível em: <<http://www.aba-agroecologia.org.br/revistas/index.php/index/search/search>> Acesso em 03 de abril de 2014.

FILHO, J. C. S; ABREU, M. C. S.; SOARES, F. A. S. Fatores determinantes para práticas ambientais organizacionais: uma revisão e um estudo de múltiplos casos em um setor industrial. **Anais SIMPOI**, 2009. Disponível em: <http://www.simpoi.fgvsp.br/arquivo/2009/artigos/E2009_T00396_PCN02228.pdf>. Acesso em 05 de março de 2014.

FURA, B.. Improving ISO 14001 Environmental Management Systems. **Pol. J. Environ. Stud.** Vol. 22, nº 6, (2013). Disponível em: <<http://web.b.ebscohost.com/ehost/pdfviewer/pdfviewer?sid=3af1e63e-656a-409b-a373-f02993df80da%40sessionmgr198&vid=5&hid=128>>. Acesso em 05 de março de 2014.

INSTRUÇÃO NORMATIVA nº 34. Disponível em: <http://www.fatma.sc.gov.br/site_antigo/downloads/images/stories/Instrucao%20Normativa/IN%2034/in_34.pdf>. Acesso em 28 de janeiro de 2015.

INSTRUÇÃO NORMATIVA nº 46. Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br/arq_editor/file/Desenvolvimento_Sustentavel/Organicos/Legisla>

acao/Nacional/Instrucao_Normativa_n_0_046_de_06-10-2011_regulada_pela_IN_17.pdf>. Acesso em 28 de janeiro de 2015.

INSTRUÇÃO NORMATIVA nº 50. Disponível em:
<http://www.agricultura.gov.br/arq_editor/file/0arquivos/a/IN%2050%20Lista%20DNO_%20DOU%202013_09_25.pdf>. Acesso em 28 de janeiro de 2015.

INSTRUÇÃO NORMATIVA nº 65. Disponível em:
<http://www.fatma.sc.gov.br/site_antigo/downloads/images/stories/Instrucao%20Normativa/IN%2065/in_65.pdf>. Acesso em 28 de janeiro de 2015.

JUNIOR, C. M.; SOUZA, M. T. A influência da gestão ambiental na estrutura organizacional. **Anais SIMPOI**, 2011. Disponível em:
<http://www.simpoi.fgvsp.br/arquivo/2011/artigos/E2011_T00101_PCN35762.pdf>. Acesso em 05 de março de 2014.

LERIPIO, A. A. **Gaia – Um método de gerenciamento de aspectos e impactos ambientais**. Tese de Doutorado do Programa de Pós-graduação em Engenharia de Produção da Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis: 2001.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Metodologia Científica**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

MDS. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. 2007. Disponível em:
<www.mds.gov.br>. Acesso em 15 de março de 2014.

MOURA, L. A. A. M. **Qualidade e gestão ambiental**: sugestões para implantação das normas ISO 14000 nas empresas. 2º Ed. São Paulo: Editora Juarez de Oliveira, 2000.

NAHUZ, M. A. R. O sistema ISO 14000 e a certificação ambiental. **RAE – Revista de Administração de Empresas**. São Paulo, v. 35; n. 6, p. 55-66. Nov./Dez. 1995.

OLIVEIRA, O. J.; SERRA, J. R. Benefícios e dificuldades da gestão ambiental com base na ISO 14001 em empresas industriais de São Paulo. **Produção**, v. 20, nº3, jul./set. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/prod/v20n3/aop_T6_0009_0078.pdf>. Acesso em 22 de março de 2014.

OLIVEIRA, V. C.; *et al.* Comercialização de produtos agroecológicos: relato de experiência da feira agroecológica do Município de Lagoa Seca, PB. **VIII Congresso Brasileiro de Agroecologia**, Porto Alegre: 2013. Disponível em: <<http://www.aba-agroecologia.org.br/revistas/index.php/cad/article/view/15192/9158>>. Acesso em 04 de abril de 2014.

RICHARD JÚNIOR, L. **Modelo para implementação do sistema integrado de Gestão Ambiental para a Carcinicultura Marinha**. Tese de Pós-graduação em Engenharia de Produção da Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2006. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/88542/226879.pdf?sequence=1>>. Acesso em 27 de maio de 2014.

SEIFFERT, M. E. B. **ISO 14001 Sistemas de gestão ambiental**: implantação objetiva e econômica. São Paulo: Atlas, 2005.

SILVA, J. P. O. *et al.* Produção Agroecológica no ao redor de casa como fonte de renda no município de Picuí/PB. **Portal de Revistas Eletrônicas ABA – AGROECOLOGIA**. Fortaleza. v. 6, n. 2 (2011): VI Congresso Brasileiro de Agroecologia. Disponível em: <<http://www.aba-agroecologia.org.br/revistas/index.php/index/search/search>> Acesso em 02 de abril de 2014.